

SERRANO, Carlos. **Angola. Nascimento de uma nação: um estudo sobre a construção da identidade nacional**. Luanda: Kilombelombe, 2008, 376 p.

*Rosemberg Ferracini**

Para o guerreiro Amir El Hakim de Paula

Aos geógrafos que se interessam em estudar a formação territorial dos estados coloniais lusófonos no continente africano por meio das discussões da Geografia política, da Geopolítica entre nacionalismos e nacionalidades, da política territorial das fronteiras africanas ou mesmo das tendências e perspectivas do Estado angolano na atualidade, a obra do professor angolano Carlos Serrano *Angola. Nascimento de uma nação: um estudo sobre a construção da identidade nacional 2008* encontra-se disponível para venda no Centro de Estudos Africanos (CEA), pertencente à Universidade de São Paulo, e no Instituto Casa das Áfricas, no qual o autor é docente, pesquisador e um dos sócios fundadores.

Composto em oito capítulos, a obra está dividida em discussões teóricas e proposições metodológicas que tratam do entendimento do continente africano, acompanhado de mapas e cartas étnicas. Os sete mapas representam os temas da divisão política administrativa de Angola, da distribuição de

* Professor na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Doutor em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo.

estabelecimentos de ensino católico e protestante e da migração dos povos que formaram o Estado angolano. As três cartas dizem respeito às divisões étnicas e linguísticas minuciosamente detalhadas nos seguintes grupos: congus, guanguela, ambundu, herero, lunda-quioico, ambo, luba, ambo, ovimbundo, xindonga e demais povos não bantos¹.

O primeiro capítulo discute o que as correntes teóricas escreveram a respeito dos países africanos, em particular dos lusófonos, passando pelos estudos nos Estados Unidos, Inglaterra, Bélgica, Canadá, Brasil, Alemanha, França e Portugal. Seu levantamento e análise se dão pela ciência política, história, literatura, sociologia, antropologia, geografia e direito. Nesses campos, aprofundam-se suas análises comparativas com apoio em René Pélissier (1969, 1971 e 1972), Robert Davezies (1968), Basil Davidson (1957, 1961 e 1974), Fernando Mourão (1969), Ronald Chilcote (1961, 1963, 1967, e 1972), Jan Vansina (1966) e John Marcum (1962, 1967, e 1971), buscando indícios dos discursos que tratam da legitimidade nacionalista angolana, suas análises do aparelho político colonial e as lutas de independências.

No segundo capítulo, temos um recorte do discurso entre colonizador e colonizado que consiste na análise das relações entre europeus e africanos, do seu teor político e econômico, das diferenças culturais e de seus instrumentos de dominação. Para tal desenvolvimento, Carlos Serrano (2008) mergulha em alguns documentos, como aqueles que relatam os recenseamentos das povoações de Angola dos anos de 1906, 1926 e 1950. Os objetos de análise foram aqueles povos do ponto de vista do governo político, da organização guerreira, dos direitos civis, do julgamento de crimes e delitos, dos recursos econômicos, das principais cerimônias, crenças e superstições, dos diversos usos e da linguagem.

“Os homens da terra e as suas fronteiras” é o título do terceiro capítulo, que aprofunda a reflexão sobre os primeiros passos da formação territorial de Angola pela população nativa. Sua análise parte do século XIII, em que se deu o fluxo migratório dos pigmeus ao norte, e posteriormente o fluxo dos khoi-san, que compreendem os subgrupos hotentotes e bosquímanos. Eram grupos pastores e agricultores que provavelmente deram origem a outros, como os ngangela e umbundu. A análise então se detém no século XV com os

¹ Segundo Serrano (2008, p. 111), a palavra bantu foi criada por Black em 1862 e pretendia nomear a grande família linguística africana que se serve da raiz *ntu* para nomear pessoas. Acrescentado a essa raiz o prefixo plural *ba*, resulta a palavra *ba-ntu*.

grupos nyaneka-humbi, no século XVI com os jagas, no século XVIII com os ngangela novamente e, por fim, no século XIX com os xindongas. Junto às ondas migratórias, Serrano (2008) traz dados referentes aos acidentes geográficos, modos de vida, localização, estruturas sociais, pontos de fixação e outros dados relativos à formação social e econômica desses povos.

No quarto e quinto capítulos, o autor envereda por uma História e uma Geografia particulares das lutas de libertação dos povos africanos dos países lusófonos. Discorre a respeito das diversas formas de resistência contra o colonialismo, pontuando a produção literária, a denúncia dos intelectuais autóctones, as campanhas de pacificação, os congressos e conferências africanas que buscavam o (re)nascido da consciência política e nacionalista pós-Segunda Guerra Mundial. O livro cita a Associação dos Naturais de Angola (ANANGOLA), o Partido da Luta Unida dos Africanos de Angola (PLUAA), o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), com destaque para as personalidades do angolano Mário de Andrade, o poeta Antonio Jacinto, Agostinho Neto, o agrônomo Amílcar Cabral e a influência do pensamento do psiquiatra martinicano Frantz Fanon. A nosso ver temas preciosos e inspiradores para aqueles que trabalham no ensino e pesquisa da Geografia Histórica, na História do Pensamento Geográfico e na temática do Pós-Colonialismo, sobretudo na América Latina e África.

No sexto capítulo são registrados os frutos das lutas travadas pelos movimentos elencados anteriormente e a criação de uma identidade territorial originada, tanto pela rejeição à presença do colonizador, quanto pela racionalização dessa rejeição operada pela língua e pela geografia. As palavras e os discursos africanos demarcavam posicionamentos e concepções políticas críticas contrárias ao colonizador português europeu. Críticas essas que foram feitas aos marcos coloniais como monumentos, estátuas e demais fatos míticos portugueses presentes na capital Luanda.

Em “Etnicidade, mobilização e recrutamento”, sétimo capítulo, o professor apresenta o processo de recrutamento nas organizações políticas dos diversos grupos nacionais citados nos capítulos anteriores. Segundo ele, tais fatos ocorreram por meio da organização e da mobilização da população, dos combatentes guerrilheiros, das autoridades locais e tradicionais e dos voluntariados que buscaram gestar e organizar as ações territoriais na guerra civil de libertação.

No oitavo e último capítulo, embasado em jornais da época, entrevistas e diferentes estatutos dos programas nacionais africanos, a obra trata da proclamação e independência de Angola em 11 de novembro de 1975. Um tópico importante é aquele a respeito da implantação dos projetos políticos, em particular, o de uma Constituição Nacional local que foi proposta pelos movimentos sociais nativistas. Entre os programas postos na mesa, um deles tinha como objetivo garantir a “*igualdade de todas as etnias de Angola e reforçar a união e a ajuda fraterna entre elas*” e a “*interdição absoluta de todas as tentativas de divisão do povo angolano*”, dentre outros artigos postos pelas novas comissões administrativas.

Considerando que nos últimos anos a Geografia brasileira tem registrado um interesse pelos temas que envolvem o continente africano, acreditamos que a obra discutida por Serrano traz contribuições diversas. Aliás, é importante lembrar que não é de agora que o ritmo de produção (acadêmica e extra-acadêmica) desse recorte vem adquirindo relevância, diferentemente de outros recortes nas ciências humanas como os da antropologia e da história, pelas novas perspectivas que ele possibilita. Outro dado a salientar é a elegância em analisar a complexidade que envolve seu objeto, fato que só foi possível devido ao contato com a literatura específica e local da época, com tamanha precisão e cuidado, contextualizando os marcos políticos, econômicos e culturais da formação territorial angolana. Enfim, *Angola. Nascimento de uma nação: um estudo sobre a construção da identidade nacional* traz para os geógrafos de maneira sistematizada as contradições dos últimos séculos que dizem respeito à África. Boa leitura.